

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 16 DE ABRIL DE 1998

*Senhor Vice-Presidente Marco Maciel; Senhor Senador Antonio Carlos, Presidente do Congresso; Meu caro Ministro Freitas Neto; Senhores Ministros de Estado; Senhores Líderes; Senhores Senadores; Deputados; Senhoras e Senhores,*

Serei, realmente, muito breve porque o Ministro Freitas Neto, de maneira direta e sucinta, disse ao que veio e disse o que o Brasil espera dele e o que o Brasil espera do Governo e do Congresso Nacional.

Quero, apenas, reafirmar que a decisão – que foi minha – da criação desse Ministério, para começar, não é uma idéia nova. É uma idéia antiga em mim. E antiga porque falta, na nossa estrutura administrativa o que existe em alguns outros regimes, que são os ministros sem pasta, ou seja, pessoas que se ocupem dos grandes temas de interesse nacional.

E um dos grandes temas, senão o maior tema, de interesse nacional é exatamente o das reformas e completá-las, no que diz respeito às reformas tributária, judiciária e política. Talvez não exista, do ponto de vista político-parlamentar, nada mais importante do que a abordagem desses temas.

Conheço há muito tempo o Ministro Freitas Neto. Quando eu era Ministro da Fazenda, Sua Excelência era Governador do seu estado, o Piauí e deixou muito forte, na minha memória, o modo pelo qual ele governou, a maneira pela qual negociou a questão, sempre delicada, do banco estadual e a recuperação econômica do estado.

O Ministro Clóvis Carvalho, que participou ativamente da renegociação, naquela altura, das dívidas dos estados, há de se recordar do empenho e da maneira direta e clara com que o então Governador se dirigia à União para que, juntos, pudéssemos recuperar as finanças do Piauí.

Ao nomeá-lo, presto, também, uma homenagem ao Piauí, na sua integralidade, superando distinções partidárias. É um Ministro do Piauí, o Ministro de uma parte do Brasil que precisa que o conjunto do País olhe, porque é uma parte do Brasil que se está desenvolvendo e que está, crescentemente, participando deste novo momento da nossa história.

Há, portanto, razões profundas e razões políticas pelas quais tomei a decisão de criar esse Ministério e de nomear o Ministro Freitas Neto para ocupá-lo. O discurso que ele acaba de proferir mostra que não errei na escolha. Na síntese por ele aqui apresentada, mencionou – e até fico muito lisonjeado por esse fato – dois intelectuais: um trabalha comigo até hoje, Luciano Martins, e o outro foi meu antigo companheiro em Paris e em Berkeley, o Professor Castells, que vem frequentemente ao Brasil, ainda semana retrasada aqui esteve – pessoas que, precisamente, estão na vanguarda da discussão contemporânea sobre o papel do Estado, a reforma da política, a modernização da sociedade, a democratização da sociedade. O Ministro Freitas Neto colheu nas melhores fontes, portanto, a sua inspiração para nos mostrar qual é o caminho a ser percorrido.

Quero juntar minha voz à do Ministro para, mais uma vez, agradecer ao Congresso Nacional, na pessoa do seu Presidente, dos Senhores Líderes, dos Parlamentares aqui presentes, mas estendendo ao Congresso, porque o Ministro disse uma verdade, que precisa ser reafirmada: nunca se votou tanto, na história do Brasil, como nesta legislatura. Nunca houve, por parte do Congresso Nacional, um desempenho tão

enérgico como agora. E somente por isso foi possível complementar algumas das reformas difíceis que o Congresso está aprovando.

E agora espero – e espero com muito entusiasmo – que em breves dias possamos completar a reforma da Previdência. O Senador Antonio Carlos só está esperando as votações – e esperando a meu pedido – das medidas provisórias que estão ainda no Congresso Nacional, para que ele possa promulgar a reforma administrativa.

Disse bem o Ministro Freitas Neto: nos Estados Unidos, são cinco anos de debates sobre a reforma tributária. Na Itália, são anos e anos na questão da reforma previdenciária. Na Alemanha, não se conseguiu completá-la. Porque são reformas difíceis, dizem respeito ao pacto federativo, dizem respeito ao interesse concreto do conjunto da população, no caso da reforma previdenciária. São reformas difíceis. Aqui, no Brasil, temos conseguido progressivamente avançar e temos conseguido promulgar medidas que estão mudando o quadro político-institucional, o marco jurídico do Brasil, na verdade.

Há, no Congresso, uma discussão sobre a eventualidade de que, no começo do ano que vem, se possa ter uma decisão mais célere de algumas reformas, com a proposta de uma espécie de Constituinte restrita. Eu imagino que, agora, possamos, efetivamente, avançar muito na direção da reforma tributária – que já está em marcha –, da reforma política e da reforma do Judiciário.

Não por casualidade, o relator da reforma tributária também é piauiense. E o Secretário Pedro Parente, que é o responsável, no Governo, por essa matéria, também é piauiense. Então, faço um grito de alerta aos outros estados em relação a essa reforma, a hora do pacto federativo, porque, de repente, o Piauí passará a substituir São Paulo – o que não seria mau, também. Mas eu acredito que, realmente, temos agora condições propícias para que avancemos.

Disse também, muito bem, o Ministro Freitas Neto: o fato de termos as eleições gerais é um fato notório e que vai ter conseqüências sobre as votações, mas não sobre o pensamento, não sobre a necessidade de equacionarmos questões importantes, não sobre a possibilidade de articularmos, talvez, à margem do debate eleitoral, as grandes questões

nacionais. É para isso que foi convocado o Ministro. Tenho certeza de que contará com a colaboração de todo o Governo, com a minha colaboração pessoal, com a colaboração dos nossos Líderes. Tenho também a absoluta convicção de que o Congresso, sobretudo os Senadores, que o conhecem, e os Deputados – ele já foi Deputado também – têm conhecimento da atuação do Ministro, saberão perceber a utilidade, a generosidade e a competência do Ministro, para que ele possa encaminhar todas as reformas aqui mencionadas. Parabéns, senhor Ministro. Boa sorte.

Muito obrigado a todos.